

# Diário Oficial do Estado nasce com a República

*A História do Diário Oficial do Estado tem início com a criação da Imprensa Oficial como órgão da estrutura administrativa do Estado.*

A criação de um jornal oficial foi deliberação tomada desde os primeiros momentos da adesão do Pará à República.

O local escolhido para construção do prédio onde iria funcionar o parque gráfico da Imprensa Oficial foi um terreno localizado ao largo do Palácio, na esquina da Travessa da Rosa, mais tarde Travessa da Vigia, atual Felix Rocque, na antiga Praça da Independência, hoje Praça D. Pedro II, onde atualmente funciona o Palácio Cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado. Era um terreno que se dizia pertencer a uma das princesas imperiais.

Em 14 de abril de 1890, o então governador do Pará, Justo Leite Chermont, assinou o Decreto nº. 137 criando a Imprensa Oficial, como órgão da estrutura administrativa do Estado, e abria um crédito de 60 contos de réis destinados à compra de equipamentos e construção do prédio da tipografia do Estado. O governador também autorizava a Repartição de Obras Públicas, então sob a direção do engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, que organizasse o projeto para execução do serviço.

Em 02 de maio de 1890 o Conselho de Arrematação das Obras Públicas (nos dias atuais, Comissão de Licitação), composto pelos engenheiros Antonio J. de Oliveira Campos, Antonio Leite Chermont, S.R. Pampolha e Olympio Antonio Vaz de Lima, se reuniu para analisar as propostas apresentadas pelas firmas concorrentes denominadas Bentes & Filho, Martin & Nina, Tertuliano dos Santos Tavares e Coelho & Companhia, sendo mais vantajosa a primeira, cujos autores se propunham a fazer a obra com abatimento de 15%



sobre o valor do orçamento e 8 meses o prazo de entrega.

Ao dr. Paes de Carvalho, então vice governador do Estado, pareceu demais longo o prazo exigido para a construção, e, não havendo os proponentes preferidos acedido em reduzi-lo para quatro meses foi aberta nova concorrência em 18 de maio, quando apenas três propostas foram apresentadas pelos empreiteiros Coelho & Cia, A.G.P. de Magalhães e Lourenço Lins de Holanda, que foi o preferido, por obrigar-se a executar a obra no prazo exigido, oferecendo, além disto, abatimento de 2% sobre o valor orçado.

O material da tipografia, encomendado por intermédio da casa comercial de Singleshurst Brocklehurst & Cia, veio parte dos Estados Unidos da América do Norte e parte da Europa, constando de 2 prelos Marinoni, uma máquina Minerva, uma de cortar, uma de pautar, uma de perfurar e uma máquina de tirar provas, uma de cortar papel, uma de coser, um motor vertical de 2 cavalos e uma prensa além de outros pequenos aparelhos e grande número de caixotes de tipos, cavaletes, mesas, porta galés, porta galeões, linhas e outros equipamentos que seriam utilizados na tipografia.

*Da impressora rotativa da IOE saíram muitas edições do Diário Oficial registrando boa parte da memória do Estado*

A montagem desse material foi por arrematação contratada em fevereiro de 1891, com Júlio Costa & Cia. Concluídas as obras de montagem tipográfica vinha à luz da publicidade, em 11 de junho de 1891, o Diário Oficial, principal produto da Imprensa Oficial do Estado, criada em 14 de abril de 1890.

Desde a sua fundação, até 26 de novembro de 1917, O Diário Oficial esteve sob a direção do coronel Hygino Amanajás, sendo substituído nessa data, por aposentadoria, pelo Dr. Luiz Barreiros, que dirigiu o D O até 05 de março de 1921, quando o jornal foi extinto, no governo Sousa Castro, para reaparecer três meses depois, em 11 de junho do mesmo ano, desta vez impresso nas oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré, sob a direção do professor Raimundo Chaves.

Mais de meio século depois a Imprensa Oficial do Estado, sob a administração do Dr. Fernando Pinto, já transformada em autarquia no governo Fernando Guilhon, conseguiu, novamente, ter seu prédio próprio, inaugurado em 1975, localizado na Travessa do Cha-

## Caixa de Auxílios Mútuos da IOE

Em 20 de janeiro de 1889 os empregados, operários e aprendizes da Imprensa Oficial do Estado fundam uma sociedade de auxílios mútuos, por empréstimo à juro mensal e desconto semanal, sob o título: Caixa de Auxílios Mútuos – Imprensa Oficial. O estatuto dessa sociedade foi aprovado pelo Decreto nº. 529, de 24 de janeiro de 1898, assinado pelo governador José Paes de Carvalho.

A sociedade teria sócios efetivos e protetores. Estes os que auxiliassem com donativos, ou serviços relevantes a sociedade. Já os sócios efetivos seriam todos os empregados da IOE que assinaram o estatuto, ou fossem admitidos posteriormente.

A existência da sociedade seria por tempo indeterminado. A entidade seria administrada por uma diretoria, com mandato de um ano. O fundo social seria formado: pela contribuição semanal dos sócios operários, jornaleiros, aprendizes e outros empregados; pela contribuição mensal; pelos produtos das multas aos empregados e operários da IOE; pelos juros emprestados aos sócios; e por donativos e auxílios de particulares ou do governo. O estatuto determinava juros de 5%, quando a amortização do empréstimo fosse em quatro prestações semanais e uma mensal, e com 3%, quando fosse em